

JUSTIÇA CONSTITUCIONAL

Ano Letivo 2019/2020

Mestrado em Direito e Ciência Jurídica

Prof. Doutor RICARDO BRANCO

Turma D

PROGRAMA

Tema: *Justiça constitucional e constitucionalização do Direito Português: formas, processos e resultados de influência da jurisprudência constitucional nos vários ramos de Direito*

I. OBJETO E MÉTODO

- 1. Conceito de constitucionalização do Direito ordinário**
- 2. A justiça constitucional como instrumento de constitucionalização**
 - 2.1. A constitucionalização como resultado da garantia da Constituição
 - 2.2. A constitucionalização como resultante dos vários tipos de processo de fiscalização constitucional positivados
 - 2.2.1. No Direito Comparado
 - 2.2.2. No ordenamento jurídico português
 - 2.3. A constitucionalização como resultado das possibilidades de concretização das normas constitucionais e ordinárias pelos órgãos da justiça constitucional
 - 2.3.1. No Direito Comparado
 - 2.3.2. No Direito português
- 3. O método de estudo: da posituação das formas de processo e tipos de decisões de fiscalização da constitucionalidade, passando pelos resultados de concretização de normas pela jurisprudência constitucional em termos estruturais, até aos concretos influxos nos ramos de Direito ordinário mais paradigmáticos**

II. CONSTITUCIONALIZAÇÃO E NORMAS CONSTITUCIONAIS PARÂMETRO DO CONTROLO

- 1. Razão de ordem**
- 2. Constitucionalização e interpretação constitucional pela justiça constitucional**
- 3. Constitucionalização e concretização de princípios constitucionais**
 - 3.1. A questão encarada do ponto de vista da elaboração jurisprudencial em torno do princípio e subprincípios do Estado de Direito
 - 3.2. A questão encarada do ponto de vista do princípio da igualdade
 - 3.3. A questão encarada do ponto de vista das máximas da proibição do excesso
 - 3.4. Constitucionalização e direitos fundamentais como princípios
 - 3.5. Constitucionalização e vinculação aos direitos fundamentais
 - 3.6. Constitucionalização, normas de organização e de procedimento
 - 3.7. Constitucionalização e garantias institucionais
- 4. Concretização e criação de princípios ou regras constitucionais: estudo de alguns exemplos**
 - 4.1. Segurança jurídica
 - 4.2. Proteção da confiança
 - 4.3. Direito ao mínimo de existência na jurisprudência portuguesa
 - 4.4. O princípio da socialidade na jurisprudência alemã

III. CONSTITUCIONALIZAÇÃO, TIPOS DE PROCESSO E DE DECISÕES DE FISCALIZAÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE

1. Pressupostos

2. A constitucionalização e os processos de fiscalização da constitucionalidade

- 2.1. Constitucionalização e controlo concentrado de normas
- 2.2. Constitucionalização e controlo difuso de normas
- 2.3. Constitucionalização e controlo concreto de normas
- 2.4. Constitucionalização e controlo abstrato de normas
- 2.5. Constitucionalização e processos de tutela direta de direitos fundamentais: queixas constitucionais ou recursos de amparo

3. Constitucionalização e tipos de decisões de inconstitucionalidade

- 3.1. Tematização quanto ao alcance das decisões
 - 3.1.1. Constitucionalização e decisões com força obrigatória geral
 - 3.1.2. Constitucionalização e decisões com efeitos *inter partes*
 - 3.1.3. Constitucionalização e decisões de rejeição
- 3.2. Tematização tendo em vista a conformação da norma objeto de controlo pela decisão em processo constitucional
 - 3.2.1. Constitucionalização e interpretação conforme
 - 3.2.2. Constitucionalização, extensões e reduções normativas

IV. A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DOS RAMOS DO DIREITO ORDINÁRIO

1. Pressupostos gerais

2. A Constitucionalização do Direito civil: exemplos

3. A Constitucionalização do Direito Penal e Processual penal: exemplos

4. A constitucionalização do Direito Administrativo e do Contencioso Administrativo

5. A constitucionalização do Direito Fiscal

6. Outros exemplos

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV., *Estudos sobre a jurisprudência do Tribunal Constitucional* (apresentação de José Manuel M. Cardoso da Costa, Lisboa: AEQUITAS, 1993.
- ALBERS, Marion, "Gleichheit und Verhältnismässigkeit", in *Juristische Schulung*, vol. 48, 2008.
- ALEXY, Robert, "Verfassungsrecht und einfaches Recht — Verfassungsgerichtsbarkeit und Fachgerichtsbarkeit", in *Verfassungsrecht und einfaches Recht — Verfassungsgerichtsbarkeit und Fachgerichtsbarkeit. Primär- und Sekundärrechtsschutz im öffentlichen Recht*, Berlin: De Gruyter, 2002, pp. 7 e ss.
- ALMEIDA, José Mário Ferreira de—*A Justiça Constitucional em Portugal*, Lisboa: Cognition, 1985.
- ALMEIDA, Luís Nunes de, "Justiça constitucional no quadro das funções do Estado (relatório português)", in *Justiça Constitucional e espécies, conteúdo e efeitos das decisões sobre a constitucionalidade de normas*, II, Lisboa: GDDC, 1987.
- ANGIOLINI, Vittorio, "L'interpretazione conforme nel giudizio sulle leggi", in *Interpretazione conforme e tecniche argomentative* (org. M. D'Amico e B. Randazzo), Torino: Giappichelli, 2009, pp. 7 ss.
- ANZON, Adele—"Nuove tecniche decisorie della Corte costituzionale", in *Giurisprudenza Costituzionale*, 1992, pp. 3199 e ss.
- ANGIOLINI, Vittorio, "L'additiva 'di principio' nei giudizi in via principale", in *Giurisprudenza Costituzionale*, 1993, II.
- ASSINI, Nicola, *L'oggetto del giudizio di costituzionalità e la «guerra delle due Corti»*, Milano: Giufrè, 1973.
- AZZARITI, Gaetano, "Sui limite del sindacato di costituzionalità sul contenuto delle leggi: l'eccesso di potere legislativo come vizio logico intrinseco della legge", in *Giurisprudenza Costituzionale*, ano 34, 1989, n.º 3.
- BADURA, Peter, „Die verfassungsrechtliche Pflicht des gesetzgebenden Parlaments zur «Nachbesserung» von Gesetzen", in *Staatsorganisation und Staatsfunktionen im Wandel: Festschrift für Kurt Eichenberger zum 60. Geburtstag*, Frankfurt a.M.: Helbing & Lichtenhah, 1982, pp. 482 e ss.
- BARROSO, Luís Roberto "Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito : o triunfo tardio do direito constitucional no Brasil", *Boletim da Faculdade de Direito*, v. 81(2005), pp. 233 e ss.
- BETTERMANN, Karl-August —*Die verfassungskonforme Auslegung: Grenzen und Gefahren*, Heidelberg: C. F. Muller Juristischer Verlag, 1986.
- BETTERMANN, Karl-August, "Richterliche Normenkontrolle als negative Gesetzgebung?", in *Deutsches Verwaltungsblatt*, Vol. 97, 1982, pp. 91 e ss.
- BONIFACIO, Franco—"Corte Costituzionale e autorità giudiziaria", in *Rivista di Diritto Processuale*, vol. XXII, 1967, pp. 238-268.
- BRANCA, Giuseppe —"L'illegittimità parziale nelle sentenze della corte costituzionale", in *La Giustizia costituzionale: atti di una tavola rotonda* (a cura di G. Maranini), Firenze: Vallecchi Editore, 1996.
- BRINCKMANN, Hans—*Das entscheidungs erhebliche Gesetz*, Berlin: Duncker & Humblott, 1970.
- BRITO, Mário de, "Sobre as Decisões Interpretativas do Tribunal Constitucional", in *Revista do Ministério Público*, ano 16.º, Abril-Junho 1995.
- BRITO, Mário de, "Ainda Sobre as Decisões Interpretativas do Tribunal Constitucional", in *Estudos em Homenagem à Professora Doutora Isabel de Magalhães Collaço*, II, Coimbra, 2003, pp. 725 e ss.
- BRITO, Miguel Nogueira de, *Lições de Introdução à teoria da Constituição*, 2.ª Ed. Lisboa: AAFDL, 2017.
- BRITO, Miguel Nogueira de, "Sobre a distinção entre direito público e direito privado" in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Sérvulo Correia*, Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2010, pp. 49-73.

- BRITO, José de Sousa e, “A lei penal na Constituição”, in *Estudos sobre a Constituição* (ed. Jorge Miranda), II, Lisboa: Petrony, 1978, pp. 197-254.
- BRUNHÖBER/HÖFFLER/KASPAR/REINBACHER/VORMBAUM (org.), *Strafrecht und Verfassung — 2. Symposium Junger Strafrechtlerinnen und Strafrechtler, Berlin 2012*, Nomos, 2013.
- BURMEISTER, Joachim — *Die Verfassungs Orientierung der Gesetzesauslegung*, Berlin/Frankfurt am Mein: F. Vahlen, 1966.
- CAIANIELLO, Vincenzo “Corte costituzionale e finanzia pubblica”, in *Giurisprudenza Italiana*, 1984, IV, pp. 284 ss.
- CANARIS, Claus-Wilhelm, *Pensamento Sistemático e Conceito de Sistema na Ciência do Direito* (trad. port. de António Menezes Cordeiro do original *Systemdenken un Systembegriff in der Jurisprudenz*, 2. Auf., Berlin: Duncker & Humblot, 1983), 3.ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- CANARIS, Claus-Wilhelm, “Die Verfassungskonforme Auslegung und Rechtsfortbildung im System der juristischen Methodenlehre”, in *Festschrift für Ernst A. Kramer*, Berlin: De Gruyter, 2004, pp. 148 e ss.
- CANARIS, Claus-Wilhelm, *Die Bedeutung der iustitia distributiva im deutschen Vertragsrecht*, München: Verlag der Bayerischen Akademie der Wissenschaften, 1997.
- CANARIS, Claus-Wilhelm, *Direitos fundamentais e Direito Privado*, Coimbra: Almedina, 2003.
- CANAS, Vitalino, “O princípio da proibição do excesso na Constituição: arqueologia e aplicações” in *Perspectivas Constitucionais* (org. Jorge Miranda), II, Coimbra: Coimbra Editora, 1997, pp. 340 ss.
- CANAS, Vitalino, “O Ministério Público e a defesa da Constituição”, in *Revista do Ministério Público*, ano 5.º, vol. 20, 1984, pp. 41-90.
- CANAS, Vitalino, “Constituição *prima facie*: igualdade, proporcionalidade, confiança (aplicados ao “corte” de pensões)”, in *e-Pública*, vol. I, n.º 1, 2014, pp. 1-49.
- CANAS, Vitalino, *Os processos de fiscalização da constitucionalidade e da legalidade pelo Tribunal Constitucional. Natureza e princípios estruturantes*, Coimbra: Coimbra Editora, 1986.
- CANAS, Vitalino, *Introdução às decisões de provimento do Tribunal Constitucional: conteúdo, objecto, efeitos*, 2.ª ed., Lisboa: AAFDL, 1994.
- CANAS, Vitalino, “Proporcionalidade (princípio da)”, sep. *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, vol. VI, 1994.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes, “Civilização do direito constitucional ou constitucionalização do direito civil?”, *Direito constitucional – Estudos em homenagem a Paulo Bonavides* (orgs. Eros Roberto Grau e Willis Santiago Guerra), São Paulo: Malheiros, 2000.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes, *Constituição Dirigente e Vinculação do Legislador. Contributo para a compreensão das Normas Constitucionais Programáticas*, 2.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2001.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7.ª ed., Coimbra: Almedina, 2003.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes, “Para uma teoria pluralística da jurisdição constitucional no Estado constitucional democrático português”, in *Revista do Ministério Público*, 1988, n.º 33/34.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes, “Jurisdição Constitucional e Intranquilidade Discursiva”, in *Perspectivas Constitucionais — Nos 20 Anos da Constituição*, I, Coimbra, 1996, pp. 871 e ss.
- CANOTILHO, J. J. Gomes/MOREIRA, Vital, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, I, 4.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2007.
- CANOTILHO, J. J. Gomes/MOREIRA, Vital *Constituição da República Portuguesa Anotada*, II, 4.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2010.
- CAPPELLETTI, Mauro, *Il Controllo giudiziario di costituzionalità delle leggi nel diritto comparato*, Milano: Giuffrè, 1968.
- CAPPELLETTI, Mauro, “Sentenze Condizionali della Corte Costituzionale”, in *Riv. Diritto Processuale*, 1957, II, pp. 99 e ss.

CARVALHO, José Manuel Tomé De/Luís, Rui Pedro, “Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça do Pleno das Secções Criminais nº 8/2008: fixação de jurisprudência ou um verdadeiro assento?: as hipotéticas questões constitucionais que podem afectar a compatibilidade do aresto com a lei fundamental”, in *Julgar*, n.º 23 (maio-agosto 2014), pp. 223-238.

CHRYSSOGONOS, Kostas, *Verfassungsgerichtsbarkeit und Gesetzgebung*, Berlin: Duncker & Humblot, 1987.

COSTA, J. M. Cardoso da, *Curso de Direito Fiscal*, Coimbra: Almedina, 1970.

COSTA, J. M. Cardoso da, “A Justiça Constitucional no quadro das funções do Estado, vista à luz do conteúdo e efeitos das decisões”, in *Documentação e Direito Comparado*, n.ºs 27/28, 1986.

COSTA, J. M. Cardoso da, *A jurisdição constitucional em Portugal*, 3.ª ed., Coimbra: Almedina, 2007.

D’AMICO, Marilisa, “Sulla 'costituzionalità' delle decisioni manipolative in materia penale”, in *Giurisprudenza Italiana*, 1990, IV, pp. 260 e ss.

D’AMICO, Marilisa, “Un nuovo modelo di sentenza costituzionale?”, in *Giurisprudenza Costituzionale*, 1993, pp. 1803 e ss.

DIAS, Jorge de Figueiredo, *Direito Penal Português - Parte Geral, II Consequências jurídicas do crime*, Coimbra: Coimbra Editora, 2009.

DIAS, Jorge de Figueiredo, *Direito Penal — Parte Geral, I: Questões Fundamentais; A Doutrina Geral do Crime*, 2.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2007.

DÍAZ REVORIO, Francisco Javier —*Las Sentencias Interpretativas del Tribunal Constitucional. Significado, tipología, efectos y legitimidad. Analisis especial de las sentencias aditivas*, Madrid: Lex Nova, 2001.

DOURADO, Ana Paula, *O princípio da legalidade fiscal: tipicidade, conceitos indeterminados e margem de livre apreciação*, Coimbra: Almedina, 2007.

EGÍDIO, Mariana Melo, “As bases constitucionais do contencioso administrativo: a Constituição da República Portuguesa de 1976 e a legislação processual administrativa”, in *Comentários à revisão do ETAF e do CPTA* (coords. Carla Amado Gomes/Ana Fernanda Neves/Tiago Serrão), 3ª ed., Lisboa: AAFDL, 2017, pp. 55-95

EMKE, Horst, “Prinzipien der Verfassungsinterpretation”, in *Probleme der Verfassungsinterpretation: Dokumentation einer Kontroverse*, Baden-Baden: Nomos, 1976, pp. 164 e ss.

ENDERS, Christoph, *Die Menschenwürde in der Verfassungsordnung: zur Dogmatik des Art. 1 GG*, Tübingen: Mohr Siebeck, 1997.

FALSITTA, Gaspare, *Manuale di Diritto Tributario - Parte Generale*, Padova: CEDAM, 2003.

FERRAJOLI, Luigi, *Principia iuris. Teoría del derecho y de la democracia*, 1 *Teoría del Derecho* (trad. cast. de Juan Carlos Bayón/Marina Gascón/Luis Prieto Sanchís/Alfonso Ruiz Miguel/Perfecto Andrés Ibañez do original *Principia iuris. Teoria del diritto e della democrazia*. 1. *Teoria del diritto*, Bari: Laterza, 2007), Madrid: Trotta, 2011.

GALGANO, Francesco, *Il diritto privato fra codice e costituzione*. Bologna: Zanichelli, 1988.

GARCÍA DE ENTERRÍA, Eduardo, *La Constitución como norma y el Tribunal Constitucional*, 3.ª ed., Madrid: Civitas, 1988.

GIANGASPERO, P., “Diritto alla salute e la sperimentazione clinica in una 'additiva di principio' anómala”, in *Giurisprudenza Costituzionale*, 1998, pp. 2805 ss.

GÖLDNER, Detlef Christoph, *Verfassungsprinzip und Privatrechtsnormen der verfassungskonformen Auslegung und Rechtsfortbildung*, Berlin: Duncker & Humblot, 1969.

GRABITZ, Eberhard, “Der Grundsatz der Verhältnismässigkeit in der Rechtssprechung des Bundesverfassungsgericht”, in *Archivdes öffentlichen Rechts*, Vol. 98, 1963.

GUASTINI, Riccardo, “La “constitucionalización” del ordenamiento jurídico: el caso italiano”, in *Neoconstitucionalismo(s)* (coord. Miguel Carbonell), 2003, pp. 49 e ss.

HERMES, Georg, "Verfassungsrecht und einfaches Recht – Verfassungsgerichtsbarkeit und Fachgerichtsbarkeit", in *Verfassungsrecht und einfaches Recht — Verfassungsgerichtsbarkeit und Fachgerichtsbarkeit. Primär- und Sekundärrechtsschutz im öffentlichen Recht*, Berlin: De Gruyter, 2002, pp. 121 e ss.

IPSEN, Jörn, *Richterrecht und Verfassung*, Berlin: Duncker und Humblot, 1975.

IPSEN, Jörn, *Rechtsfolgen der Verfassungswidrigkeit von Norm und Einzelakt*, Baden-Baden: Nomos, 1980. IRSCHBERG, Lothar—*Der Grundsatz der Verhältnismäßigkeit*, Göttingen: Schwartz, 1981.

ISENSEE, Josef, "Steuernstaat als Staatsform", in *Hamburg, Deutschland, Europa: Beiträge zum deutschen und europäischen Verfassungs-, Verwaltungs- und Wirtschaftsrecht. Festschrift für Hans Peter Ipsen zum siebzigsten Geburtstag*, Tübingen: Mohr Siebeck, 1977, pp. 409-436.

JÜLICHER, Friedrich, *Die Verfassungsbeschwerde gegen Urteile bei gesetzgeberischem Unterlassen*, Berlin: Duncker & Humblot, 1972

KÄGI, Werner, *La Constitución como ordenamiento jurídico fundamental del Estado. Investigaciones sobre las tendencias desarrolladas en el moderno Derecho Constitucional*, (trad. cast. de Sergio Ricci e Juan José Reyven do original *Die Verfassung als rechtliche Grundordnung des Staates*, 1971), Madrid: Dykinson, 2005.

KEMPNY, Simon, „Steuerrecht und Verfassungsrecht“, *StuW* 2014, 185-199.

KIRCHHOF, Paul, "Rechtsquellen und Grundgesetz", in *Bundesverfassungsgericht und Grundgesetz - Festgabe aus Anlaß des 25 jährigen Bestehens des Bundesverfassungsgerichts*, Vol. II - Verfassungsauslegung, Tübingen: Mohr/Siebeck, 1976, pp. 53 e ss.

KLATT, Matthias/MEISTER, Moritz, "Der Grundsatz der Verhältnismäßigkeit. Ein Strukturelement des globalen Konstitutionalismus", in *Juristische Schulung*, 54(3), 2014.

KORIOTH, Stefan, "Bundesverfassungsgericht und Rechtsprechung (Fachgerichte)", in *Festschrift 50 Jahre Bundesverfassungsgericht* (Hrsg. P. Badura/H. Deier), vol. I, 2001, pp. 55 e ss.

KUNIG, Philipp, "Verfassungsrecht und einfaches Recht – Verfassungsgerichtsbarkeit und Fachgerichtsbarkeit", in *Verfassungsrecht und einfaches Recht — Verfassungsgerichtsbarkeit und Fachgerichtsbarkeit. Primär- und Sekundärrechtsschutz im öffentlichen Recht*, Berlin: De Gruyter, 2002, pp. 46 e ss.

LUCIANI, Massimo, "Le funzioni sistemiche della Corte costituzionale, oggi, e l'interpretazione «conforme a»", in *Studi in onore di Giuseppe G. Floridia*, Napoli: Jovene. 2009, pp. 4 e ss.

LEISNER, Walter, *Von der Verfassungsmässigkeit der Gesetze zur Gesetzmässigkeit der Verfassung*, Tübingen, 1964.

LEISNER, Walter, *Der Abwägungsstaat. Verhältnismässigkeit als Gerechtigkeit?*, Berlin: Duncker & Humblot, 1997.

LÜDEMANN, Jörn, "Die verfassungskonforme Auslegung von Gesetzen", in *Juristische Schulung*, 2004, pp. 27 e ss.

LUTHER, Jörg, "Ragionevolezza e Verhältnismässigkeit nella giurisprudenza costituzionale tedesca", in *Diritto e Società*, n.ºs 1/2, 1993.

MACHETE, Pedro, "O acesso dos cidadãos ao Tribunal Constitucional" — Intervenção na Conferência «Os 20 Anos da Constituição de República Portuguesa», Lisboa: s.d., s.l (1996).

MAYER, Christian, *Die Nachbesserungspflicht des Gesetzgebers*, Baden-Baden: Nomos, 1993.

MAZZAROLLI, Ludovico A. — *Il giudice delle leggi tra predeterminazione costituzionale e creatività*, Padova: CEDAM, 2000.

MEDEIROS, Rui, *A Decisão de Inconstitucionalidade. Os Autores, o Conteúdo e os Efeitos da Decisão de Inconstitucionalidade*, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1999.

MEDEIROS, Rui, "Estrutura e âmbito da acção para o reconhecimento de um direito ou interesse legalmente protegido", in *Revista de Direito e Estudos Sociais*, 1989.

- MEDEIROS, Rui, *A Constituição Portuguesa num Contexto Global*, Lisboa: UCP, 2015.
- MENDES, Gilmar Ferreira —“O apelo ao legislador (appellentscheidung) na prática da Corte Constitucional Federal alemã”, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, v.33 (1992), pp. 265 e ss.
- MIRANDA, Jorge, *Manual de Direito Constitucional*, Tomo II –*Constituição*, 6.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2007.
- MIRANDA, Jorge, *Manual de Direito Constitucional*, Tomo I, 2 –*O sistema constitucional português*, Coimbra: Coimbra Editora, 2014.
- MIRANDA, Jorge, *Manual de Direito Constitucional*, IV – *Direitos Fundamentais*, 5.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2012.
- MIRANDA, Jorge, *Manual de Direito Constitucional*, Tomo VI – *Inconstitucionalidade e Garantia da Constituição*, 4.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2013.
- MIRANDA, Jorge, “Colégio eleitoral”, in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, II, Lisboa, 1969, pp. 464 e ss.
- MIRANDA, Jorge, “Tribunais, juízes e Constituição” in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 59, n.º 1, 1999.
- MIRANDA, Jorge, “Sentido e Conteúdo da Lei como Acto da Função Legislativa”, in *Nos Dez Anos da Constituição* (org. Jorge Miranda), Lisboa: Imprensa Nacional, 1986, pp. 175-190.
- MIRANDA, Jorge, “Anotação ao Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 423/87”, in *O Direito*, 1988, III/IV.
- MIRANDA, Jorge, “Inconstitucionalidade por omissão e o Provedor de Justiça”, in *Provedor de Justiça, 20º aniversário, Sessão comemorativa na Assembleia da República*, Lisboa, 1995.
- MIRANDA, Jorge, *Ideias para uma revisão constitucional em 1996*, Lisboa: Cosmos, 1996.
- MIRANDA, Jorge, *A Constituição de 1976: formação, estrutura, princípios fundamentais*, Lisboa: Petrony, 1978.
- MIRANDA, Jorge/MEDEIROS, Rui (orgs.) —*Constituição Portuguesa Anotada*, vol. I, 2.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2010.
- MIRANDA, Jorge/MEDEIROS, Rui (orgs.), *Constituição Portuguesa Anotada*, vol. II, Coimbra: Coimbra Editora, 2006.
- MIRANDA, Jorge/MEDEIROS, Rui (orgs.), *Constituição Portuguesa Anotada*, vol. III, Coimbra: Coimbra Editora, 2007.
- MONTEIRO, António Pinto, “Breve nótula sobre a protecção do consumidor na jurisprudência constitucional portuguesa”, in *Direitos fundamentais e direito privado: uma perspectiva de direito comparado* (orgs. António Pinto Monteiro/Jörg Neuner/Ingo Wolfgang Sarlet), Coimbra: Almedina, 2007, pp. 293-304.
- MORAIS, Carlos Blanco de, *Curso de Direito Constitucional*, Tomo I: *As Funções do Estado e o Poder Legislativo no Ordenamento Português*, 3.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2016.
- MORAIS, Carlos Blanco de, *Justiça Constitucional*, I, 2.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2006.
- MORAIS, Carlos Blanco de, *Justiça Constitucional*, II–*O Direito do Contencioso Constitucional*, 2.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2011.
- MORAIS, Carlos Blanco de, *As Leis Reforçadas. As leis reforçadas pelo procedimento no âmbito dos critérios estruturantes das relações entre actos legislativos*, Coimbra: Coimbra Editora, 1998.
- NABAIS, José Casalta, *O Dever Fundamental de pagar impostos*, Coimbra: Almedina, 1998.
- NABAIS, José Casalta, *Direito Fiscal*, 9.ª ed., Coimbra: Almedina, 2015.
- NEUNER, Jörg, “A influência dos direitos fundamentais no direito privado alemão”, [traduzido por] Pedro Scherer de Mello Aleixo, in *Direitos fundamentais e direito privado: uma perspectiva de direito*

- comparado (orgs. António Pinto Monteiro/Jörg Neuner/Ingo Wolfgang Sarlet), Coimbra: Almedina, 2007, pp. 213-236.
- NOVAIS, Jorge Reis, *Contributo Para uma Teoria do Estado de Direito*, Coimbra: Almedina 1989.
- NOVAIS, Jorge Reis, *Direitos fundamentais e justiça constitucional*, 2^a ed., Lisboa: AAFDL, 2017.
- NOVAIS, Jorge Reis, *Os princípios constitucionais estruturantes da República Portuguesa*, Coimbra: Coimbra Editora, 2004.
- NOVAIS, Jorge Reis, *As Restrições aos Direitos Fundamentais não Expressamente Autorizadas pela Constituição*, 2.^a ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2010.
- NOVAIS, Jorge Reis, "O Tribunal Constitucional e os direitos sociais: o direito à segurança social", in *Jurisprudência constitucional* 6 (Abr.-Jun. 2005), pp. 3-14.
- NOVAIS, Jorge Reis, "Sim ou não ao recurso de amparo", in *Perspectivas de reforma da justiça constitucional em Portugal e no Brasil*, Coimbra: Almedina, pp. 243-260.
- ONIDA, Valerio, "Eguaglianza e diritti sociali", in *Corte Costituzionale e principio de eguaglianza*, Padova: Cedam, 2002.
- ONIDA, Valerio, "Note su un dibattito in tema di «rilevanza» delle questione di costituzionalità delle leggi", in *Giurisprudenza Costituzionale*, 1978, I, págs. 998 e ss.
- ONIDA, Valerio/D'AMICO, Marilisa— *Il Giudizio de Incostituzionalità delle Leggi. Materiali di Giustizia Costituzionali*, I, Torino, 1998.
- OSSENBÜHL, Fritz, "Die Kontrolle von Tatsachen Feststellungen und Prognoseentscheidungen durch das Bundesverfassungsgericht", in *Bundesverfassungsgericht und Grundgesetz*, I, 1976, pp. 458 e ss.
- OTERO, Paulo, Problemas constitucionais do novo Código do Procedimento Administrativo : uma introdução, in *Comentários ao novo Código do procedimento administrativo* (coords. Carla Amado Gomes/Ana Fernanda Neves/Tiago Serrão), 3^a ed., Lisboa: AAFDL, 2016, I, pp. 21-40
- PALMA, Maria Fernanda, *Direito Constitucional Penal*, Coimbra: Almedina, 2006.
- PALMA, Maria Fernanda, *Direito Penal. Parte Geral*, Lisboa: AAFDL, 1994.
- PAPIER, Hans Jurgen, "'Spezifisches Verfassungsrecht' und 'einfaches Recht' als Argumentationsformel des Bundesverfassungsgerichts", in *Bundesverfassungsgericht und Grundgesetz*, I, 1976, pp. 432 e ss.
- PEDRAZZI, Cesare, "Inefficaci le sentenze manipolative in materia penale?", in *Rivista Italiana di Diritto e Procedura Penale*, 1975, pp. 646 e ss.
- PIBERNATDOMENECH, Xavier, "La sentencia constitucional como fuente del Derecho", in *Revista de Derecho Político*, 1987.
- PINELLI, Cesare, "Titano, l'eguaglianza e unnuovo tipo di «additivadi principio»", in *Giurisprudenza Costituzionale*, 1993, pp. 1792 e ss.
- PINTO, Paulo Mota, "A influência dos direitos fundamentais sobre o direito privado português", in *Direitos fundamentais e direito privado: uma perspectiva de direito comparado* (orgs. António Pinto Monteiro/Jörg Neuner/Ingo Wolfgang Sarlet), Coimbra: Almedina, 2007, pp. 145-163.
- PICARDI, Nicola, "L'errore ostativo del legislatore ed i rimedi della giurisprudenza. (Profili di diritto transitorio della nuova legge sulla responsabilità del giudice)", in *Giurisprudenza Costituzionale*, Vol. XXXV, n.os 11-12, 1990, pp. 3333 e ss.
- PICARDI, Nicola, "Le sentenze 'integrative' della Corte Costituzionale", in *Scritti in onore di Costantino Mortati*, Roma, IV, 1977.
- PORCARO, Gianpiero—*Il Divieto Di Doppia Imposizione nel Diritto Tributario, Profili costituzionali, interpretattivi e procedimentali*, Padova: CEDAM, 2001.
- PRIESTER, J.-M., "Zum Analogieverbot im Strafrecht", in *Juristische Methodenlehre und analytische Philosophie*, Kronberg/Ts., Athenäum, 1976
- PRÜMM, Hans Paul, *Verfassung und Methodik*, Berlin: Duncker & Humblott, 1977.

- PUGIOTTO, Andrea, "Due casi di controllo della Corte costituzionale sui presupposti empirici di scelte legislative «penali», in *Giurisprudenza costituzionale*, 1995.
- PUGIOTTO, Andrea, *Sindacato di costituzionalità e «diritto vivente»*, Milano: Giuffrè, 1994
- PUGIOTTO, Andrea, "Dottrina del Diritto vivente e ridefinizione delle sentenze additive", in *Giurisprudenza Costituzionale*, ano XXXVII, n.º 5, 1992.
- REGO, Carlos Lopes do, *Os Recursos de Fiscalização Concreta na Lei e na Jurisprudência do Tribunal Constitucional*, Coimbra: Almedina, 2010.
- RIBEIRO, Joaquim de Sousa, "Constitucionalização do direito civil", *Boletim da Faculdade de Direito*, v.74 (1998), pp.729-755.
- ROBBERS, Gerard, "Der Gleichheitssatz", in *Die Öffentliche Verwaltung*, vol. 41 (1988).
- ROLF, Wank, "Die verfassungsgerichtliche Kontrolle der Gesetzesauslegung und Rechtsfortbildung durch die Fachgerichte", in *Die Juristische Schulung*, 1980, pp. 545 e ss.
- ROMANO, Santi, *L'ordinamento Giuridico*, Firenze: Sansoni, 1946.
- ROMBOLI, Roberto, "Dichiarazione de incostituzionalità con delega al Parlamento", in *Foro Italiano*, 1993, pp. 4 e ss.
- ROMBOLI, Roberto, "Il Giudizio di Costituzionalità delle Leggi in Via Incidentale", in *Aggiornamenti in Tema di Processo Costituzionale*, Torino: Giappichelli, 2011.
- SANCHES, J. L. Saldanha, "A segurança jurídica no Estado Social de Direito: conceitos indeterminados, analogia e retroactividade no Direito Tributário", in *Ciência e Técnica Fiscal*, 140 (1985), pp. 300 e ss.
- SANCHES, J. L. Saldanha, "O princípio do Estado fiscal", in *Estudos Jurídicos e Económicos em Homenagem ao Professor João Lumbrals*, Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2000, pp. 363 e ss.
- SANDULLI, Aldo, *Il giudizio sulle leggi. La cognizione della Corte Costituzionale e I suoi limiti*, Milano: Giuffrè, 1967.
- SANDULLI, Aldo, *Manuale di Diritto Amministrativo*, I, 15.^a ed., Napoli: Jovene, 1989.
- SANDULLI, Aldo, "Atto legislativo, statuizione legislativa e giudizio di legittimità costituzionale", in *Rivista Trimestrale di Diritto Processuale Civile*, 1961, n.º 5, pp. 1 ss.
- SANDULLI, Aldo, "Il principio di ragionevolezza nella giurisprudenza costituzionale", in *Diritto e Società*, 1975.
- SARLET, Ingo Wolfgang, "A influência dos direitos fundamentais no direito privado : o caso brasileiro", in *Direitos fundamentais e direito privado: uma perspectiva de direito comparado* (orgs. António Pinto Monteiro/Jörg Neuner/Ingo Wolfgang Sarlet), Coimbra: Almedina, 2007, pp. 111-144.
- SCHENKE, Wolf-Rüdiger, *Verfassungsgerichtsbarkeit und Fachgerichtsbarkeit*, Heidelberg:
- SINGER, Reinhard, "Direitos fundamentais no direito do trabalho" [traduzido por] Pedro Scherer de Mello Aleixo, in *Direitos fundamentais e direito privado: uma perspectiva de direito comparado* (orgs. António Pinto Monteiro/Jörg Neuner/Ingo Wolfgang Sarlet), Coimbra: Almedina, 2007, pp. 327-356.
- SCHNEIDER, Hans-Peter, *Richterrecht, Gesetzesrecht und Verfassungsrecht*, Frankfurt: Vittorio Klosterman, 1969.
- SCHLINK, Bernard, "Der Grundsatz der Verhältnismässigkeit", in *Festschrift 50 Jahre Bundesverfassungsgericht/Peter Badura* Vol. II, 2001.
- SCHÜNEMANN, Bernd, "La interpretación de la ley en la intersección de la filosofía del lenguaje, la Constitución y la metodología jurídica" (trad.), in *Obras* (trad.), I, Santa Fé: Rubinzal, 2009, pp. 83 e ss.

SCHÜNEMANN, Bernd, “Acerca de la relación entre norma y estado de cosas en la aplicación del Derecho, entre premissa mayor y silogismo jurídico y entre cuestiones de Derecho y de hecho en el Proceso Penal”, in *Obras* (trad.), I, Santa Fé: Rubinzal, 2009, pp. 51 e ss.

SCHÜNEMANN, Bernd, *Nulla poena sine lege?: Rechtstheoretische und verfassungsrechtliche Implikationen der Rechtsgewinnung im Strafrecht*, Berlin: De Gruyter, 1978.

SCHÜNEMANN, Bernd, *Einführung in die Grundlagen des Strafrechts*, 2.^a ed., Tübingen: Beck, 1991, na trad. port. *Introdução aos Fundamentos do Direito Penal*, Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2005.

SERRA, Teresa — *Homícidio Qualificado — Tipo de Culpa e Medida da Pena*, 2.^a ed., Coimbra: Almedina, 1995.

SILVA, Jorge Pereira da, *Dever de Legislar e Protecção contra Omissões Legislativas*, Lisboa: UCP, 2003.

SILVA, Jorge Pereira da, *Deveres do Estado de Protecção de Direitos Fundamentais*, Lisboa: UCP, 2015.

SILVA, Jorge Pereira da, “Interdição de protecção insuficiente, proporcionalidade e conteúdo essencial”, in *Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda* (coordenação de Marcelo Rebelo de Sousa. et al.), Coimbra: Coimbra Editora, 2012, Vol. II, pp. 185 e ss.

SILVA, Vasco Pereira da, *O contencioso administrativo como direito constitucional concretizado ou ainda por concretizar?*, Coimbra: Almedina, 1999.

SILVESTRI, Gaetano, “Le sentenze normative della Corte Costituzionale”, in *Scritti sulla Giustizia Costituzionale in Onore di Vezio Crisafulli*, Padova, 1985.

SILVESTRI, Gaetano, “Legge”, in “Controllo di Costituzionalità”, in *N. Digesto de Diritto Pubblico*, IX, Torino, 1994, pp. 31 e ss.

SIMON, Helmut, “Die verfassungskonforme Gesetzauslegung”, in *Europäische Grundrechte Zeitschrift*, 1974, pp. 85 e ss.

SIMON, Helmut, “La Jurisdicción Constitucional”, in Benda/Maihofer/Vogel/Hesse/Heyde, *Manual de Derecho Constitucional*, Madrid: Marcial Pons, 2001, pp. 823 e ss.

STARCK, Christian, *La Constitution — cadre et mesure du Droit*, Aix-en-Provence: Economica, 1994.

STARCK, Christian, *El Concepto de Ley en La Constitucion Alemana*, Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1979.

STARCK, Christian, “Jurisdição Constitucional e tribunais comuns”, in *Anuário Português de Direito Constitucional*, vol. 4, 2004/2005, pp. 13 e ss.

STETTNER, Rupert, “Die Verpflichtung des Gesetzgebers zu erneuten Tätigwerden bei fehlerhafter Prognose”, in *Deutsches Verwaltungsblatt*, 1, 1982, pp. 1128 e ss.

TIPKE, Klaus, “Limites de la integración en el Derecho Tributario”, in *Civitas*, n.º 34, Abril/Junho 1982.

TIPKE, Klaus, *Die Steuerrechtsordnung*, Köln: Otto Schmidt, 2003.

VASQUES, Sérgio, *Manual de Direito Fiscal*, Coimbra: Almedina, 2011.

VERPEAUX, Michel (org.), *Code civil et constitution(s)*, Paris: Economica, 2005.

VOSSKUHLE, Andreas, “Theorie und Praxis der verfassungskonformen Auslegung von Gesetzen durch Fachgerichte Kritische Bestandsaufnahme und Versuche einer Neubestimmung”, in *Archiv des Öffentlichen Rechts*, vol. 125, n.º 2, 2000, pp. 177 e ss.

XAVIER, Cecília, *A proibição da aplicação analógica da lei fiscal no âmbito do Estado Social de Direito - reflexões*, Coimbra: Almedina, 2006.

WANK, Rolf, “Die verfassungsgerichtliche Kontrolle der Gesetzauslegung und Rechtsfortbildung durch die Fachgerichte”, in *JuS*, 1980, pp. 545 e ss.

ZIPPELIUS, Reinhold, *Filosofia do Direito* (trad. port. de António Franco/António Francisco de Sousa de do *Rechtsphilosophie*, 5. Auf., München: Beck, 2007) Lisboa: Quid Juris, 2010.

ZIPPELIUS, Reinhold, *Teoria Geral do Estado* (trad. port. de Karin Praefke-Aires Coutinho e coordenação de J. J. Gomes Canotilho do original *Allgemeine Staatslehre*, 12. Auf., München: Beck, 1994), 3.^a ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

ZIPPELIUS, Reinhold, "Verfassungskonforme Auslegung von Gesetzen", in *Bundesverfassungsgericht und Grundgesetz — Festgabeaus Anlaßdes 25 jährigen Bestehensdes Bundesverfassungsgerichts*, II, Tübingen: Mohr/Siebeck, 1976.